

Credor recua e atrasa acordo

Roberto Garcia

Correspondente

NOVA IORQUE — Embora tivessem concordado em fixar mais tarde a taxa de risco que será aplicável ao empréstimo-ponte a ser estendido ao Brasil para financiar juros atrasados, os bancos credores mudaram de posição ontem e reabriram as negociações, atrasando um acordo. Quando os bancos retomaram a questão, os representantes brasileiros reivindicaram o mesmo *spread* (taxa de risco) que predominara para o empréstimo-ponte estendido ao México em meados do ano passado, mas os bancos resistiram. A insistência na discussão desse item levou o chefe da equipe brasileira, Fernão Bracher, a reagir, dizendo que “eles estão testando nossa paciência. Já deixei claro que estamos dispostos a ficar discutindo cada item que eles puserem na mesa e que não estamos com pressa”.

Apesar de não terem sido ainda finalizados, os demais termos do acordo do Brasil com seus credores internacionais são altamente satisfatórios para o país, segundo várias fontes. “O Brasil conseguirá 3 bilhões de dólares em novos empréstimos sem fazer qualquer concessão de princípios, estabeleceu os pontos de referência para a negociação do reescalonamento da dívida e normalizou suas relações com o sistema financeiro”, disse um funcionário bem-informado.

Os 3 bilhões de dólares em dinheiro novo virão apesar de oito meses de moratória, da criação de reservas substanciais pelos bancos credores e da queda das bolsas de valores. “Muita gente dizia que nessas circunstâncias os bancos não estenderiam empréstimos adicionais ao Brasil. Pois estenderão”, acrescentou o funcionário.

O fato é especialmente significativo levando em conta o fato de que o governo Sarney não fez qualquer concessão de princípio para conseguir esse acordo com seus credores estrangeiros, disse um negociador. Tanto governos dos países industrializados quanto bancos insistiram repetidamente que o Brasil assinasse um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional antes de receber o dinheiro novo, mas o governo não cedeu. “Eles queriam separar um acordo com os bancos de qualquer relacionamento com o FMI e conseguiram”, comentou uma fonte referindo-se à equipe de negociadores brasileiros.

Formalmente, o acordo não implica num rompimento da moratória, visto que o depósito numa conta em caução no Banco de Compensações Internacionais, em Basileia, na Suíça, continuará sendo controlado pelo governo brasileiro. Ini-

cialmente, o Brasil depositará 500 milhões de dólares nessa conta e os credores estrangeiros 1 bilhão de dólares. Posteriormente, o governo brasileiro depositará mais 1 bilhão de dólares e os bancos depositarão 2 bilhões. Esse montante só será desembolsado para os bancos na medida em que as negociações sobre reescalonamento avançarem satisfatoriamente, a critério do Brasil.

O montante referente aos primeiros três meses de juros atrasados — de 20 de fevereiro a 20 de maio — será desembolsado mais rapidamente, a fim de evitar que o valor da dívida brasileira fique depreciado. Regulamentos bancários americanos requerem que a dívida de um país seja classificada como *depreciada* se juros respectivos não forem pagos por mais de seis meses. Depois desse primeiro desembolso maior, os seguintes, serão feitos mensalmente.

Embora tivesse tentado incluir no acordo a curto prazo o máximo de concessões dos bancos a respeito das negociações de reescalonamento, o governo Sarney não teve êxito. Os credores concordaram apenas em reescalonar o principal vencido em 1986, 87 e 88, bem como os juros vencidos em 1988. Até agora dispuseram-se apenas a considerar mais tarde a inclusão do principal e juros devidos em 1989.

Outra reivindicação brasileira não atendida foi o retorno das linhas de crédito de curto prazo aos níveis anteriores à moratória.

■ As dificuldades políticas que o ministro Bresser Pereira vem enfrentando no Brasil representam sério risco para o sucesso das negociações com os bancos credores, segundo avaliação corrente nos meios financeiros americanos, de acordo com o *The Wall Street Journal*. O diário, citando “especulações cada vez mais intensas nos círculos jornalísticos e políticos do Brasil” sobre uma possível renúncia do ministro da Fazenda, diz ainda que se a saída de Bresser ocorresse a curto prazo “transtornaria” as negociações sobre a dívida, que “se encontram num momento particularmente delicado”. O principal diário financeiro americano revela que os banqueiros americanos estão considerando o acordo sendo fechado entre o Brasil e seus credores comerciais como um “remendo de última hora” para evitar a depreciação da dívida brasileira pelo governo Reagan.